

EMBAIXADA DO BRASIL EM SÃO JOSÉ

RELATÓRIO DE GESTÃO (2019 - 2022)

EMBAIXADOR ANTONIO FRANCISCO DA COSTA E SILVA NETO

Transmite-se, a seguir, relatório simplificado da gestão do Embaixador Antonio Francisco da Costa e Silva Neto à frente da Embaixada do Brasil em São José, abrangendo o período de março de 2019 a novembro de 2022.

CONTEXTO POLÍTICO INTERNO

2. Em 7 de março de 2019, quando assumi a Embaixada do Brasil em São José, o governo do então presidente da República da Costa Rica Carlos Alvarado Quesada completava um pouco mais de dez meses. O presidente da República e seu Partido Ação Cidadã (PAC) depararam-se com a dificuldade de governar sem apoio do parlamento, onde o PAC tinha apenas 10 dos 57 assentos, ou da opinião pública: o governo iniciou sua gestão, em maio de 2018, com apenas 36% de aprovação; um ano depois, dispunha apenas de 21%; no final de seu governo, em abril de 2022, chegou aos 10%.

3. Carlos Alvarado buscou manter, nos dois primeiros anos de sua gestão, um "governo de unidade nacional", sustentado na presença, em seu gabinete, de ministros ligados aos dois principais partidos políticos do país – o Partido Unidade Social-Cristã (PUSC) e o Partido Liberação Nacional (PLN). Consegiu assegurar maioria parlamentar para aprovar reforma fiscal, em dezembro de 2018 com desgaste junto a setores ligados ao partido governista - sindicatos do setor público e universitários. Foi-lhe possível também aprovar as reformas que habilitaram o país a ingressar, em maio de 2021, na OCDE, desdobramento que desagradou parcelas do eleitorado mais identificado com o PAC.

4. Em fevereiro de 2020, o governo enfrentou eleições cantonais fragilizado e viu diminuir de sete para cinco o número de prefeituras controladas pelo PAC. As eleições cantonais também evidenciaram os efeitos políticos das diferenças regionais no desenvolvimento e na infraestrutura: o vale central, em que se localiza a chamada "Grande Área Metropolitana" (GAM), e as regiões costeiras ou próximas às fronteiras com a Nicarágua e o Panamá. O descontentamento das regiões distantes da GAM refletiram-se no padrão de votação do pleito cantonal: altos índices de abstenção e opção por lideranças ou partidos políticos novos ou críticos às duas agremiações históricas - PLN e PUSC.

5. O governo enfrentou, de setembro a dezembro de 2018, protestos e greve dos sindicatos de funcionários públicos que se opunham à aprovação do plano de reforma fiscal. A mais longa greve na história da Costa Rica não conseguiu impedir a aprovação da reforma fiscal na Assembleia Legislativa, nem tampouco seu endosso pela Corte Suprema de Justiça. Essa greve também estabeleceu novo padrão de movimentos sociais cada vez mais assertivos, com as mais variadas reivindicações: estudantes contra o novo sistema de avaliação dos estudos secundários; pescadores contrários ao veto presidencial à lei que permitia a pesca de arrasto; caminhoneiros descontentes com os elevados preços da vistoria veicular; conservadores cristãos indignados com a regulamentação das normas para a interrupção terapêutica da gravidez; opositores ao acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e aos aumentos de impostos nele previstos; e grupos de direita contrários ao sistema político como um todo.

6. Nesse contexto, em junho de 2019, movimentos estudantis fecharam escolas e bloquearam ruas na capital e nas principais cidades do país; em julho e agosto de 2019, no meio dos protestos de pescadores, bombas caseiras foram usadas contra o parlamento e contra canal de televisão; em outubro de 2020, na esteira dos protestos contra o acordo com o FMI, as principais estradas do país foram bloqueadas por movimentos das mais diversas tendências e com as mais variadas pautas de reivindicação. Em nenhum desses casos, os protestos foram organizados por partidos políticos ou sindicatos, mas por movimentos sociais espontâneos ou por grupos políticos radicalizados e atuando fora das estruturas tradicionais.

7. A boa gestão inicial da pandemia de covid-19, que chegou à Costa Rica em março de 2020 foi positiva ao governo Alvarado. Sob o comando dos então ministro da Saúde e presidente da poderosa Caixa Costa-riense de Seguridade Social (CCSS), o país conseguiu manter baixas as cifras de infectados, os hospitais e os serviços médicos sob controle e iniciou a vacinação, de forma ordenada, em dezembro de 2020, com os imunizantes da Pfizer-Biontech e da Astra-Zeneca. O êxito da campanha de vacinação pode ser medido pelos resultados registrados ao final do mandato de Alvarado: em abril de 2022, mais de 85% da população obteve pelo menos uma dose, percentual então acima de países como Alemanha, Bélgica, França, Reino Unido e Estados Unidos; 78,3% da população total teve duas doses, e mais de 2 milhões de pessoas tiveram o reforço da terceira, ou seja, 39,1%.

8. Cuidadosa campanha de informação pública, com conferências diárias conduzidas pelo ministro da Saúde e pelo presidente da CCSS, também contribuiu para a boa imagem que o governo angariou no início do combate à pandemia. Em junho de 2020, contudo, as medidas restritivas, com severas limitações à circulação e a obrigação de trabalho remoto para os serviços públicos e as empresas, salvo os que prestassem serviços essenciais, começou a gerar resistências e novas manifestações. O governo flexibilizou, em julho daquele ano, as medidas e controle e assistiu a rápido crescimento no número de pacientes hospitalizados e de óbitos. O governo recorreu ao FMI para enfrentar os crescentes custos econômicos e sociais da pandemia, o que gerou manifestações e protestos.

9. O governo ainda enfrentou sequência de crises, dificultadas por sua limitada base parlamentar. No início de 2020, saiu à luz que o governo havia criado, dentro da Casa Presidencial e sem supervisão de órgãos de controle, "Unidade para a Análise de Dados" (UPAD) para recolher e examinar dados privados da cidadania, obtidos de diversas fontes. Alvarado fechou essa unidade, mas o Ministério Público instaurou inquérito sobre a questão. Ao inquérito somou-se a criação de Comissão Especial de Investigação no parlamento.

10. Noutra crise política, o Organismo de Investigação Judicial (OIJ) revelou, em junho de 2021, a ocorrência de desvio de recursos de obras públicas. O governo logrou provar tratar-se de rede de corrupção que operava sem o conhecimento das autoridades do primeiro escalão, mas os incidente trouxe consequências para a popularidade do presidente.

11. O processo eleitoral de 2022 foi marcado pela dispersão: 25 candidatos disputaram as eleições presidenciais, sendo que vários destes também encabeçaram as listas de seus partidos nas eleições legislativas; nestas, disputaram os 57 assentos na Assembleia Legislativa (distribuídos de forma proporcional pelas sete províncias do país) 27 partidos nacionais e onze partidos provinciais. Apenas cinco candidatos presidenciais ultrapassaram os 10% das preferências e somente seis partidos obtiveram assentos na Assembleia Legislativa. José María Figueres (PLN), com 27,3%, e Rodrigo Chaves (Partido Progresso Socialdemocrata - PPSD), 16,7%, disputariam o segundo turno presidencial, em 3 de abril. Nas eleições legislativas, o PLN obteve 19 assentos no parlamento (+ 2 do que em 2018), enquanto o PPSD, fundado às vésperas das eleições, obteve dez. Os restantes foram distribuídos entre o PUSC (nove), o Nova República - NR (sete), o Partido Liberal Progressista – PLP (seis) e o Frente Amplo - FA (seis).

12. PPSD e PLP parecem haver conquistado os eleitores descontentes com os dois partidos tradicionais (PLN e PUSC) e que, desde o fim do bipartidarismo, buscam opções à esquerda e à direita do espectro político. O PAC, que nasceu em 2002 como opção progressista ao PLN, passou de eleger 14 deputados naquele ano a não eleger nenhum nessas últimas eleições. Em 2002, seu candidato presidencial obteve 26,2% dos votos e o partido elegeu, em 2014 e 2018, os dois últimos presidentes. Desta feita, seu candidato presidencial não superou os 0,6% dos votos.

13. A liderança de Rodrigo Chaves desde os primeiros dias da segunda fase da campanha presidencial surpreendeu a muitos analistas. Chaves não perdeu tempo e logo nos primeiros dias após o primeiro turno promoveu campanha com duas vertentes. De um lado, transmitiu firme mensagem de transformação de toda a estrutura do Estado costaricense, com eliminação de entidades desnecessárias, redução de burocracia e simplificação de procedimentos, eliminação de concessões e benefícios a uma série de setores produtivos (sobretudo agrícolas) e revisão da estrutura tributária para reduzir sua incidência na produção e no trabalho e ampliá-la nos setores rentistas. De outro, abriu

suas baterias contra os partidos e lideranças políticas tradicionais, de que Figueres seria exemplo, a quem responsabilizou pelas dificuldades econômicas e sociais da Costa Rica, sobretudo o aumento da desigualdade de renda entre os cidadãos e entre a região central e as demais regiões do país.

14. Essa estratégia contribuiu para a vitória de Rodrigo Chaves Robles, no dia 3 de abril de 2022, por ampla margem de votos. Chaves se define como antissistema e que prometeu mudanças radicais no país.

15. A vitória do Presidente Chaves poderia marcar o fim de ciclo político costa-riicense que se iniciou com a Guerra Civil de 1948 e com a fundação, por José "Pepe" Figueres, da chamada Segunda República, em 1949. Muitos achavam que o fim da alternância no poder do PLN e do PUSC, em 2014, seria o marco que encerrava esse ciclo, mas o Partido Acción Ciudadana (PAC), que saiu vitorioso das eleições presidenciais de 2014 e de 2018, é, na origem, dissidência do PLN. Em 2018, outro candidato antissistema – o pastor evangélico Fabricio Alvarado -- quase chegou à presidência, mas acabou, no segundo turno, derrotado por Carlos Alvarado. Naquele pleito, a Grande Área Metropolitana (GAM) de São José assegurou a vitória do candidato da política tradicional.

16. Na eleição de 2022, Chaves não apenas saiu vitorioso nas províncias marginais, mas também saiu vitorioso em muitos cantões que compõem a GAM ou que conformam suas áreas mais populosas. O diagnóstico que esses números revelam é o de que o eleitorado costa-riicense quer mudanças e está crescentemente descontente com os resultados que o sistema democrático, entronizado na detalhada Constituição de 1949, lhe oferece, por mais orgulho e apreço que tenha por ele.

17. Esse é o desafio que Rodrigo Chaves e o grupo de atores que o promoveu à vitória - todos "outsiders" da política tradicional - enfrentam, desde 8 de maio passado, quando a nova administração tomou posse. Nesses sete meses, o Presidente e seu governo têm mantido perfil de confrontação com o "status quo". Chaves não abandonou seu compromisso com a mudança, que foi a marca de sua campanha e a chave de sua vitória. Porém, encontra dificuldade em negociar com o parlamento. Chaves e sua administração gozam, desde que assumiram, de elevados índices de aprovação. Mas há sinais de desgaste, pois esses índices caíram de 78%, em agosto/2022, a 68% em novembro/2022.

18. As dificuldades de relacionamento do governo com o Legislativo e com o Judiciário dificultam a implementação de sua agenda reformista. O governo vem sinalizando intenção de manter diálogo mais funcional com o parlamento e postura de cooperação mais eficaz com o Judiciário. Com inflação elevada e pobreza em crescimento, o governo percebe a urgência de encontrar espaços para apresentar resultados à sociedade.

19. Rodrigo Chaves herdou situação econômica desafiadora. Havia a expectativa de que, à aprovação da reforma fiscal em dezembro de 2018, se seguiriam outras reformas que contribuíssem para reduzir o elevado endividamento do país em dólares e para alongar os

prazos de pagamento de sua amortização, tornando a gestão da dívida pública mais sustentável, assim como para melhorar a eficiência do aparato estatal e tornar menos regressivo o sistema tributário. Tais medidas dariam ao governo do ex-presidente Carlos Alvarado espaço para investir em infraestrutura do país e promover melhorias na saúde e na educação públicas.

20. Alvarado e sua equipe não foram capazes de implementar outras medidas para corrigir os problemas estruturais do país. Ademais, os esforços de consolidação fiscal, iniciados em 2018, foram interrompidos em maio de 2020, quando as receitas caíram e aumentaram os gastos, com o advento da pandemia de covid-19. As taxas de desemprego quase dobraram, chegando a 20% em meados de 2020, e a renda familiar diminuiu, apesar da resposta emergencial do governo. Como resultado, a taxa de pobreza aumentou para 19,8% ao final de 2020.

21. O bom desempenho econômico em 2021 e maior disciplina de gastos permitiram uma consolidação fiscal mais rápida do que o esperado. O Produto Interno Bruto (PIB) recuperou-se para 7,8% em 2021, após a maior queda em quatro décadas em 2020. Uma forte recuperação na manufatura, principalmente equipamentos médicos, e uma recuperação gradual em serviços e agricultura elevaram o PIB acima dos níveis pré-crise. A taxa de pobreza caiu para 14,3% em 2021, à medida que a economia se recuperava. O alto desemprego e a perda do poder de compra dos salários permaneceram dificuldades a serem vencidas, somadas às pressões externas (alta dos preços internacionais de energia e alimentos e o aperto das condições de financiamento), num país altamente dependente do setor externo.

CONTEXTO POLÍTICO EXTERNO

22. Ao assumir, em 2018, o presidente atribuiu à sua vice presidente, Epsy Campbell, a tarefa de também chefiar sua diplomacia. Em dezembro, a vice-presidente Campbell renunciou ao cargo de chanceler, devido a conflitos internos. Carlos Alvarado escolheu, para sucedê-la, Manuel Ventura Robles, ex-juiz da Corte Interamericana de Direitos Humanos, que ficou pouco mais de um ano na posição. O terceiro ministro das Relações Exteriores e Culto do governo Alvarado, Rodolfo Solano Quirós, é funcionário público com longa trajetória no serviço exterior do país. Apoiado em dois vice-ministros de carreira e de reconhecido prestígio entre seus pares, Solano Quirós promoveu a profissionalização e a modernização dos procedimentos, na chancelaria.

23. Solano Quirós pleiteou que a representação da Costa Rica na Organização Mundial de Comércio (OMC) e em outras organizações econômicas internacionais, inclusive a OCDE, ficasse a cargo do Ministério das Relações Exteriores e Culto. Contudo, a representação permaneceu com o ministério de Comércio Exterior (COMEX).

24. A separação das competências, entre seus dois vice-ministros, da execução das vertentes multilateral, por um lado, e bilateral e de cooperação internacional, de outro,

revelou-se acertada e o chanceler colheu uma série de bons resultados em matéria de política exterior, inclusive em iniciativas do governo no campo da pandemia, como foi o caso da chamada iniciativa C TAP. Durante seus dois anos de gestão e mesmo no ápice da pandemia, o chanceler Solano Quirós soube valorizar não apenas o tradicional ativismo da Costa Rica em matéria ambiental - que já faz parte da marca internacional do país -, mas também aprofundar o diálogo político-diplomático com uma série de países e interlocutores.

25. O principal êxito do governo de Carlos Alvarado em matéria de política exterior foi o de consolidar a imagem da Costa Rica como país líder em matéria de sustentabilidade ambiental e direitos humanos: deu prioridade ao tema da mudança do clima e ao esforço de posicionar a Costa Rica como "laboratório mundial de descarbonização", com o propósito de atrair cooperação financeira internacional para iniciativas de adaptação e mitigação; de transformar o país em referência de serviços ambientais no comércio internacional e como prestador de cooperação técnica nessa área; de promover o turismo sustentável; e de assegurar a participação da Costa Rica em foros de alto nível na área ambiental. A eleição de um costa-riicense para dirigir o Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF), a copresidência, juntamente com a França, da Coalizão de Alta Ambição para a Natureza e os Povos e a conquista de vários prêmios internacionais em matéria ambiental são apenas alguns dos exemplos dos resultados obtidos pelo governo Alvarado com seu ativismo internacional nessa matéria.

26. Ainda que o governo Alvarado também tenha buscado promover o perfil da Costa Rica como país aberto ao comércio internacional, os resultados, nesse âmbito, foram menos visíveis. O ingresso na OCDE foi certamente êxito importante, que contou com importantes participação do parlamento. Apesar da defesa do livre comércio e da inserção competitiva da Costa Rica no mercado internacional, o governo de Alvarado não realizou efetiva ampliação da rede de acordos de livre comércio. Foi perceptível certo viés protecionista no setor agrícola, em sua administração.

27. Após assumir a presidência em maio/2022, Rodrigo Chaves deu claras sinalizações de que tenciona retomar a negociação de acordos comerciais. Nas primeiras semanas de seu governo, foram eliminadas as restrições ao abacate Hass mexicano, objeto de derrota na OMC, reiniciadas as ações para a adesão da Costa Rica ao bloco da Aliança do Pacífico, retomadas as negociações de um acordo de comércio livre com o Equador, e elaborada estratégia para a inclusão do país no Acordo Global e Progressivo de Parceria Transpacífico.

28. Um dos responsáveis pela construção da estratégia que levou Rodrigo Chaves ao poder, Arnoldo André Tinoco foi escolhido para chefiar a pasta da Relações Exteriores e Culto. André sinalizou, logo ao assumir a pasta, que tencionava manter as principais linhas de atuação de seu predecessor, tanto em termos programáticos, relacionados com as principais ênfases da política exterior da Costa Rica, como em matéria administrativa, dando continuidade ao projeto de aperfeiçoamento e profissionalização do serviço

exterior costa-riicense. Se a ênfase no adensamento dos laços com a região Ásia-Pacífico é clara nas suas primeiras ações, o novo chanceler tem dado sucessivas demonstrações de seu desejo de não descurar as relações com os países sul-americanos, em especial o Brasil e seus sócios do MERCOSUL.

RELACIONAMENTO BILATERAL BRASIL-COSTA RICA: AÇÕES, DESAFIOS E RECOMENDAÇÕES

29. Ao entregar minhas credenciais ao então presidente Carlos Alvarado, dele ouvi manifestação do desejo de retomar os níveis de diálogo político-diplomático que sempre haviam caracterizado as relações bilaterais entre nossos dois países. Na mesma ocasião, Alvarado reiterou seu compromisso em manter o português como uma das línguas - juntamente com o inglês, o francês e o mandarim - do programa de bilinguismo na educação básica, uma das ênfases da política educacional de seu governo. Ventilei, nesse primeiro encontro com o então mandatário costa-riicense, em maio de 2019, a possibilidade de retomar as conversações sobre um possível acordo entre o Mercosul e o Sistema Centro americano de Integração (SICA), tendo ele me recomendado abordar o tema com sua ministra de Comércio Exterior.

30. Essa animadora conversa inicial conformou o que viriam a ser, no plano bilateral, as principais ênfases de minha gestão: a recomposição do diálogo político-diplomático, em bases mais permanentes e estruturadas, nos temas de interesse mútuo em âmbito multilateral (meio ambiente, direitos humanos), regional (Nicarágua, Venezuela) e bilateral (cooperação técnica); a defesa do lançamento de negociações de acordo de livre comércio com o Mercosul, juntamente com o empenho em superar barreiras artificiais às exportações brasileiras de produtos agropecuários; e a consolidação da política de promoção da variante brasileira da língua portuguesa.

a) Estruturação do diálogo político-diplomático

31. A valorização do diálogo político-diplomático bilateral enfrentou seu primeiro desafio logo ao início de minha gestão, quanto a Costa Rica lançou sua candidatura ao Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, em outubro de 2019, disputando espaço com a candidatura do Brasil a esse mesmo órgão. A candidatura da Costa Rica foi lançada duas semanas antes da eleição. O Brasil foi eleito para o mandato 2020-2022 com confortável maioria e episódio foi superado com o diálogo franco entre as duas partes.

32. A saída do Brasil da Comunidade de Estados Latino Americanos e Caribenhos (CELAC), em janeiro de 2020, foi desdobramento que afetou o diálogo político-diplomático, mas foi igualmente superado pela intenção dos dois países de manterem diálogo fluido.

33. A instauração da pandemia e as fortes medidas restritivas adotadas pela Costa Rica não impediram dar continuidade ao propósito de recompor o diálogo político diplomático.

Foi particularmente apreciado, nesse contexto, o gesto brasileiro de permitir a repatriação de nacionais costa-rienses que estavam no Brasil nos dois voos contratados pelo Governo brasileiro para repatriar cidadãos brasileiros retidos na Costa Rica. Sucessivas reuniões virtuais minhas com a cúpula da chancelaria costa-riicense culminaram, em julho de 2021, na assinatura pelo ministro das Relações Exteriores, Carlos França, e o então chanceler Rodolfo Solano Quirós, do Memorando de Entendimento entre o Brasil e a Costa Rica sobre o Estabelecimento do Mecanismo de Consultas Políticas.

34. Dificuldades de agenda dos dois lados, aliadas às fortes restrições orçamentárias que a chancelaria costa-riquenha enfrenta desde o início de 2022, impediram que a primeira reunião desse promissor Mecanismo de Consultas Políticas ocorresse. Foi possível, contudo, promover encontro entre o Secretário-Geral do Itamaraty, embaixador Fernando Simas Magalhães, e o chanceler André Tinoco no passado dia 7 de outubro, à margem de Assembleia-Geral da Organização dos Estados Americanos em Lima, ocasião em que as duas altas autoridades diplomáticas trataram de diversos temas de interesse comum (migração, situação regional, cooperação em organismos multilaterais). Há, ademais, compromisso firme de que a vice-chanceler de Assuntos Bilaterais e de Cooperação Internacional da chancelaria costa-riicense, embaixadora Lydia Peralta, visite o Brasil no primeiro semestre de 2023, ocasião em que se celebraria a primeira reunião formal do Mecanismo de Consultas Políticas. Em linha com o desejo do chanceler André Tinoco de adensar as relações com os países do MERCOSUL, a visita da vice-chanceler Peralta a Brasília seria seguida de visitas a Buenos Aires, Montevidéu e Assunção.

35. O adiamento da visita da vice-chanceler, inicialmente prevista para novembro/2022, coincide com a decisão de transferir a III Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica Brasil - Costa Rica para o segundo semestre de 2023. A Costa Rica deseja ampliar a carteira de projetos a serem discutidos - há grande interesse em cooperar nas áreas de saúde (medicamentos genéricos, telemedicina, epidemiologia, saúde mental e formação de especialistas em anestesiologia, enfermagem e intensivistas pediátricos), bioenergia (etanol, tratamento e reaproveitamento do vinhoto, aproveitamento de resíduos sólidos e estabelecimento de planta brasileira de biometano no país) e agricultura (apoio a pequenos produtores de arroz). As autoridades costa-riencenses sugeriram nova reunião virtual preparatória no fim de novembro corrente para viabilizar a inclusão desses novos temas à pauta e dar seguimento à última reunião virtual mantida em julho de 2021, em que participaram representantes da embaixada e da Agência Brasileira de Cooperação, pelo lado brasileiro, e da chancelaria, do Ministério de Planejamento e da embaixada em Brasília, pelo lado costa-riicense. Naquela reunião, foi discutida atualização das demandas de cooperação técnica bilateral; metodologia de definição dos projetos que integrarão o programa de cooperação técnica bilateral; e negociação do rascunho de Ajustes Complementares. Esse trabalho de base, feito em 2021, certamente contribuirá para facilitar o pretendido adensamento da cooperação técnica bilateral, com bases nas demandas que identifiquei nas visitas que fiz aos ministros de Agricultura e Pecuária, de Energia e Meio Ambiente e de Saúde do governo do Presidente Chaves.

b) Negociações comerciais

36. Logo após entregar minhas cartas credenciais ao presidente Carlos Alvarado, reuni-me, em junho de 2019, com a então ministra de Comércio Exterior, Dyalá Jiménez, para tratar da possibilidade de retomar os entendimentos para um acordo de livre comércio entre o MERCOSUL e o SICA. Na mesma ocasião, explorei a possibilidade de estabelecer cooperação no processo de acesso à OCDE, que a ministra coordenava pela Costa Rica. Ventilei ainda a possibilidade de negociar acordo de promoção e facilitação de investimentos bilateral, com base no modelo utilizado pelo Brasil e nas propostas que o Brasil, com o apoio da Costa Rica, buscava desenvolver em matéria de investimentos no âmbito da Organização Mundial de Comércio (OMC). Jiménez logo se dispôs a compartilhar com o Brasil a experiência da Costa Rica no que respeita a OCDE, de que resultou sua admissão, em maio de 2021.

37. Quanto às negociações de acordo de livre comércio (ALC), Jiménez ponderou que essas não deveriam ocorrer com o SICA, mas com a Secretaria do Subsistema de Integração Econômica (SIECA), ao abrigo da qual se reúnem regularmente os ministros de comércio exterior dos países centro-americanos. Caso não houvesse interesse por parte de seus parceiros centro-americanos de levar adiante processo negociador entre os dois blocos sub-regionais, Jiménez asseverou que a Costa Rica estaria disposta a iniciar diálogo exploratório para acordo 4+1 com o MERCOSUL, de amplo escopo e que incluísse, ademais da desgravação tarifária, disciplinas relacionadas com investimentos, entre outras, o que tornaria desnecessária a negociação de acordo bilateral específico em matéria de investimentos.

38. Diante disso, promovi, ao longo de 2019, duas outras reuniões com a então ministra do COMEX, acompanhado dos embaixadores do MERCOSUL acreditados em São José para tratar da negociação de um ALC. Essa articulação com meus colegas da Argentina, Paraguai e Uruguai revelou-se particularmente útil, na medida em que, ademais de transmitir ao lado costa-riicense mensagem de unidade de propósitos no que respeita as negociações de acordo de livre comércio, ampliou-se para outros temas em que os quatro embaixadores atuamos conjuntamente. Logo em nosso primeiro encontro nesse formato 4+1, Jiménez indicou-nos não haver identificado, da parte de seus parceiros no SIECA, interesse em avançar, naquele momento, em negociações com o MERCOSUL. Sugeriu, então, em nossa segunda reunião, que a Costa Rica e os quatro países iniciassem processo exploratório para identificar os possíveis produtos de maior interesse e, em especial, os setores ou produtos que demandariam processos de desgravação escalonados no tempo ou sujeitos a quotas.

39. Na ausência de compromisso para iniciar negociações, a proposta da Costa Rica de lançar processo meramente exploratório não gerou maior interesse nas capitais do MERCOSUL num primeiro momento. A pandemia interrompeu as reuniões com a ministra de Comércio Exterior, que se demitiu do cargo em maio de 2020, por diferenças relacionadas justamente com a política do governo em matéria de acordos de livre

comércio. Apenas em novembro daquele ano Carlos Alvarado designou seu substituto. Andrés Valenciano assumiu a pasta, mas o tema não avançou

40. Nesse ínterim, a Costa Rica impôs, em junho de 2020, medida de salvaguarda às importações de açúcar branco brasileiro, que se converteu em contratempo para a relação comercial bilateral. Essa medida somou-se, ademais, a direito antidumping que vinha sendo aplicado, desde 2015, ao açúcar brasileiro. Após demorado e inconclusivo processo de negociações ao longo do segundo semestre de 2020, o Brasil decidiu suspender concessões à importação de alguns poucos produtos agrícolas originários da Costa Rica, bem aquém dos valores do dano causado às exportações brasileiras pela medida da Costa Rica. Essa retaliação estimulou a Costa Rica a retomar as negociações bilaterais, as quais acabaram por resultar, em novembro de 2021, em pacote de compromissos aceitáveis pelo Brasil.

41. Em paralelo, em almoço que ofereci a Valenciano, juntamente com os demais embaixadores do MERCOSUL, em julho de 2021, o ministro comunicou-nos que seu governo não tinha interesse em avançar em negociações com o bloco, sequer com base no modelo simplificado que, em meados de 2020, o Grupo Mercado Comum havia acordado propor à Costa Rica e aos demais países do SIECA, sempre no formato 4+1. Diante disso, sugeri a ele a possibilidade de retomar a ideia de negociar acordo bilateral de investimentos, com base no modelo proposto pelo Brasil, como forma de sinalizar ao setor privado o interesse dos dois países em adensar o relacionamento econômico-comercial. Em reunião técnica celebrada em novembro de 2021 para examinar essa possibilidade, as discussões não avançaram devido a diferenças de concepção dos acordos de investimentos assinados pelos dois países com outros parceiros.

42. Tão pronto assumiu o novo ministro de Comércio Exterior do governo de Rodrigo Chaves, convidei-o para almoçar, acompanhado de meus colegas do MERCOSUL. Manuel Tovar é funcionário com sólida experiência em temas de comércio exterior e foi o responsável por negociar, em Paris, o processo de acesso da Costa Rica à OCDE. Nesse almoço, Tovar deixou claro que seu governo tencionava ampliar a rede de acordos de livre comércio com que a Costa Rica conta, mas que a prioridade seria a de atualizar os acordos existentes (especialmente os com a União Europeia e o Canadá), completar as negociações em curso com o Equador, ser admitido na Aliança do Pacífico e negociar a inclusão do país no Acordo Global e Progressivo de Parceria Trans Pacífico. Não se tratava, segundo esclareceu, de desinteresse nas negociações com o MERCOSUL, mas de incapacidade de fazer frente, nos quatro anos de governo, a outras negociações, além dessas definidas como prioritárias.

43. Por separado, nessa mesma ocasião, Tovar comprometeu-se comigo a encerrar o diferendo bilateral em açúcar no mais breve prazo, tendo pedido apenas alguns meses para acertar os detalhes finais com seus colegas de Agricultura e de Economia e Indústria. De fato, em 30 de setembro deste ano, ele e eu assinamos o entendimento final de compensações, pacificando, em definitivo, esse irritante nas relações bilaterais. O novo

ministro de Comércio Exterior também se mostrou disposto a rever os termos de um possível acordo Brasil-Costa Rica de Cooperação e Facilitação de Investimentos, nos moldes favorecidos pelo Brasil. Sugeriu, contudo, que os entendimentos a esse respeito fossem retomados em 2023, uma vez que tivesse sido feita, no âmbito de seu ministério, revisão das estratégias em matéria de acordos de investimentos. Caberá a meu sucessor decidir sobre a conveniência de insistir nessa negociação, à luz dos interesses do Brasil e das sinalizações que vier a receber do COMEX. Por fim, Tovar assegurou-me que a Costa Rica estava pronta a apoiar firmemente o ingresso do Brasil na OCDE.

44. A nova disposição do atual governo em matéria de comércio exterior ficou evidente em outros âmbitos: em outubro passado, os embaixadores do MERCOSUL nos reunimos com o novo ministro da Agricultura e Pecuária e obtivemos dele o compromisso de eliminar as restrições que ainda vigem à importação de carne bovina proveniente dos quatro países. No mesmo mês de outubro, reuni-me com o novo Ministro da Fazenda, ocasião em que discutimos a possibilidade de negociar acordo bilateral de bitributação, como forma de facilitar os fluxos de investimentos entre os dois países. São sinais muito promissores, que precisarão ser confirmados e consolidados por meu sucessor.

45. A ênfase na dimensão econômico-comercial da atuação da Embaixada em São José viu-se refletida também na criação, em junho de 2019, de um Setor Econômico Comercial (SECOM). Além de se ocupar do seguimento dos temas indicados acima, o SECOM reestruturou e reforçou o acompanhamento das demandas relacionadas com as certificações sanitárias e fitossanitárias, que se haviam convertido em óbice importante para as exportações agropecuárias brasileiras para o mercado da Costa Rica. Reunião entre autoridades fitossanitárias dos dois países, celebrada em outubro passado em São José, coroou os esforços realizados nesse âmbito ao longo dos últimos três anos e meio.

c) Promoção da língua portuguesa

46. A promoção da vertente brasileira da língua portuguesa na Costa Rica muito se beneficia da atuação da Fundação de Cultura, Difusão e Estudos Brasileiros (FCDEB). Sucessora do Centro de Estudos Brasileiros, estabelecido em São José em 1972, a FCDEB é instituição sem fins lucrativos com importante atuação no ensino da língua e na promoção da cultura brasileira. Ainda que não mais guarde vínculos funcionais com a Embaixada, revelou-se, ao longo de minha gestão, parceira relevante. Assim, ainda em julho de 2019, reuni-me com a então ministra da Educação Pública (MEP) da Costa Rica para defender a renovação do convênio entre aquela pasta e a FCDEB para o ensino do português no sistema escolar público, conhecido como "Falemos Português". Criado em 2017, o programa tem tido grande êxito ao oferecer aulas de português, na variante brasileira, nas escolas públicas de ensino fundamental e médio da Costa Rica. Em dezembro de 2019, assisti, juntamente com o presidente Carlos Alvarado, a evento comemorativo dos resultados alcançados com o programa de promoção do bilinguismo, em que o "Falemos Português" esteve em destaque.

47. As interrupções das aulas por conta da pandemia de covid-19 e cortes nos orçamentos do MEP colocaram em risco, ao longo de 2020 e 2021, a continuidade dos programas de ensino de português no sistema escolar público. Ademais, ainda que superadas essas dificuldades, o principal desafio para a continuidade desses programas reside na formação de professores. Busquei apoiar a celebração de cursos de formação de professores de português como língua estrangeira pelo FCDEB para suprir essa carência, mas solução definitiva demanda a criação de oferta de formação nas principais universidades públicas da Costa Rica.

48. Foi firmado, em janeiro de 2022, convênio de colaboração entre o Instituto Camões, de Portugal, e a Universidade da Costa Rica (UCR), para criação de Leitorado de Língua, Linguística e Literatura Portuguesas na UCR. A criação do leitorado na principal instituição de ensino superior da Costa Rica responde ao crescente interesse pelo idioma português na Costa Rica, impulsionado de forma significativa pelo programa "Falemos Português". Assim que iniciou suas atividades, em março deste ano, convidei a leitora para reunião com a diretora do FCDEB, de forma a explorar possíveis linhas de cooperação, com ênfase nas formas de melhorar e ampliar a oferta de cursos de formação de professores de português.

49. Em maio deste ano, tão pronto assumiu suas funções, visitei a nova ministra de Educação Pública do governo Chaves, Katherine Müller. Formada no Brasil e fluente em português, a ministra comprometeu-se a retomar o programa de ensino de nosso idioma no sistema público, com base em convênio com a FCDEB. Ressaltou, contudo, estar comprometida com reforma profunda do sistema de formação e avaliação de professores do ensino fundamental e médio, em que também estaria inserido o programa de bilinguismo. Uma vez que estejam mais claras as novas prioridades e ênfases no MEP será conveniente que meu sucessor retome os entendimentos com a ministra Müller.

50. Finalmente, em setembro, o subdiretor da Escola de Literatura e Ciências da Linguagem da Universidade Nacional (UNA - segunda maior da Costa Rica) compareceu à embaixada para manifestar o interesse de sua instituição em receber leitor brasileiro e em tornar-se centro aplicador de provas do CelpeBras (exame de proficiência da língua portuguesa). Falou ainda do atual programa de ensino de português na sua universidade e do desejo de fortalecê-lo. A embaixada forneceu ao subdiretor informações detalhadas sobre os requisitos para pedido de abertura de leitorado e para candidatura a centro aplicador do CelpeBras, juntamente com os já existentes: a FCDEB e a UCR. A criação de leitorado brasileiro na UNA seria desdobramento importante, que meu sucessor deveria estimular.

d) Outras ações relevantes:

51. Além desses três eixos principais, não descurei, durante minha gestão, a atenção à comunidade brasileira residente na Costa Rica, com a melhoria dos serviços consulares prestados pela Embaixada. Ademais, foi-nos possível organizar, nos dias 10 de abril e 12

de maio de 2020, a repatriação de cento e oito brasileiros e estrangeiros entre turistas, binacionais, familiares estrangeiros de brasileiros e ainda cidadãos uruguaios, em dois voos contratados pelo Governo brasileiro. Adicionalmente, quarenta e sete nacionais receberam o apoio do posto para retornar ao Brasil em voos regulares, durante o período mais crítico da pandemia. Ressalto ainda a participação da comunidade brasileira nas últimas eleições presidenciais. O evento deste ano, que contou pela primeira vez com a urna eletrônica, foi realizado dentro da mais absoluta ordem. O número de eleitores aptos cresceu 36% desde 2018 e o comparecimento às urnas, tanto no primeiro como no segundo turno, foi proporcionalmente maior do que em anos anteriores.

52. Foi possível, também, promover melhorias importantes em outros setores de atuação. Destaco, por relevante para a atuação da Embaixada neste país, a negociação e assinatura, em agosto de 2019, de acordo por troca de notas para assegurar reciprocidade em matéria de privilégios e imunidades e a regulamentação definitiva, em novembro de 2020, dos dispositivos previstos no Acordo sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular Administrativo e Técnico, celebrado pelos dois países em abril de 2000.

53. A convite do Tribunal Supremo de Eleições da Costa Rica (TSE-CR), participei, como observador, das eleições cantonais de 2020. Na ocasião, em conversas com juízes eleitorais da Costa Rica, identifiquei o interesse em retomar a cooperação com o Tribunal Superior Eleitoral do Brasil (TSE), com ênfase nas políticas de combate à desinformação na possibilidade de a Costa Rica vir a adotar o nosso modelo de urna eletrônica. Nas eleições legislativas e presidenciais de fevereiro e no segundo turno das eleições presidenciais em abril, missões do TSE estiveram em São José como integrantes das missões de observação eleitoral da União Interamericana de Organismos Eleitorais (UNIORE, cuja Secretaria Executiva está sediada em São José) e retomaram os contatos a respeito dessa cooperação bilateral. Entendo que o diálogo entre os tribunais eleitorais dos dois países já está em andamento, pelo que caberá apenas acompanhar e apoiar seus eventuais resultados.

ORGANISMOS INTERNACIONAIS SEDIADOS NA COSTA RICA: AÇÕES E DESAFIOS

54. Estão sediados na Costa Rica a Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH), a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). Junto a todos, busquei reforçar a atuação da embaixada. Ressalto a importância de que as contribuições regulares brasileiras a cada uma dessas organizações sejam feitas sempre em dia e que tenham o devido espaço nas discussões orçamentárias.

i) CORTE IDH

55. Além de acompanhar o andamento de casos na Corte IDH envolvendo o Brasil e estar sempre presente em eventos e às audiências chefiando a delegação brasileira, mantive interlocução regular com o secretário e com todos os juízes do Tribunal. Por considerar extremamente importante que o Brasil conte com representante na Corte, defendi, desde 2019, o lançamento de candidato brasileiro e apoiei e acompanhei de perto e exitosa campanha do terceiro juiz brasileiro na Corte IDH, Dr. Rodrigo Mudrovitsch, para mandato 2022-2027. Esse processo de aproximação resultou ainda na terceira visita da Corte IDH ao Brasil, a convite do governo brasileiro, para Período Ordinário de Sessões em Brasília, de 22 a 27 de agosto de 2022. A visita foi marcada por homenagens ao ex-juiz e ex-presidente da Corte, Antônio Augusto Cançado Trindade, falecido em maio de 2022, com excelentes resultados em termos de promoção da Corte e de sua jurisprudência junto ao Judiciário e à sociedade brasileiros. Nessa ocasião, o Tribunal anunciou o lançamento de seu sítio eletrônico em português e o início das traduções para nossa língua de suas publicações, outros dois desdobramentos por que muito me empenhei.

ii) FLACSO

56. Procurei dar novo dinamismo à participação brasileira na FLACSO. O Brasil contribui com US\$ 200.000,00 anuais à instituição, sendo metade desse valor à Secretaria-Geral dessa organização internacional e a outra metade à sede da FLACSO no Brasil. As reuniões do Conselho Superior e da Assembleia Geral (órgão decisório máximo) são, em geral, burocráticas e protocolares. Tenho insistido em todas, e diretamente com a secretária-geral, na necessidade de inclusão na pauta de tempo suficiente para discussão de temas substantivos, bem como na maior mobilidade de professores, estudantes e pesquisadores entre as diferentes sedes do sistema. Em 2022, apoiei a campanha bem-sucedida da conselheira a título individual Rebecca Lemos Igreja, expus o conflito de interesses em que observadores extrarregionais contribuam com quantias maiores do que os estados membros e questionei a exigência de contribuições regulares a novos membros observadores. Reinforcei ainda o caráter intergovernamental da FLACSO e a necessidade de que os estados membros participem ativamente da tomada de decisões.

iii) IICA

57. Trata-se de organização internacional fundamental para o Brasil por defender tese cara à política externa brasileira de que a agricultura faz parte da solução à questão da mudança do clima. Ademais de manter interlocução frequente com seu diretor-geral, Manuel Otero, propus a celebração regular de reuniões com embaixadores de estados membros do Instituto sediados em São José. Ressalto que o Brasil foi o primeiro país a apoiar a exitosa reeleição a diretor-geral do argentino Manuel Otero.